

MPT DETERMINA QUE PETROBRÁS NÃO PODE OBRIGAR TRABALHADOR A FAZER PERIÓDICO EM DIAS DE FOLGA, DESCANSO OU FÉRIAS

A DETERMINAÇÃO TAMBÉM INCLUI EXAMES COMPLEMENTARES

O Ministério Público do Trabalho determinou que a gestão da Petrobrás não pode obrigar os trabalhadores embarcados lotados na UO-BS e UO-RIO a realizar exames periódicos vinculados ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) em dias de folga, descanso semanal ou férias. A determinação, que também inclui exames complementares, é fruto de uma ação civil pública e possui validade desde o dia 22 de dezembro de 2022.

O MPT também determinou que em caso de impossibilidade de realização dos exames durante a jornada de trabalho que as horas dispensadas pelo trabalhador para realização do exame durante o período de descanso devem ser compensadas ou remuneradas.

A Diretoria do Sindipetro-LP orienta que qualquer intercorrência ou determinação diferente do estabelecido na ação, os trabalhadores devem procurar o Sindicato.



REPRESENTANTES DOS SINDIPETROS LP, ES, NF E RJ SE REÚNEM COM GESTÃO DA PETROBRÁS PARA TRATAR DE CAOS AÉREO

A diretoria dos sindicatos Petroleiros do Norte Fluminense, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Litoral Paulista estiveram reunidos no dia 15 de fevereiro com a direção da Petrobras, para tratar da situação do caos aéreo que atinge as bases desses sindicatos. Inicialmente a reunião seria apenas com o Norte Fluminense, mas após uma reunião entre os sindicatos ficou decidida pela participação conjunta e a partir de uma reunião prévia entre os sindicatos, o que seria cobrado.

A reunião foi dividida em dois momentos um primeiro para tratar da logística e um segundo para tratar dos recursos humanos. O sindicatos questionaram a quantidade de aeronaves que atuam nas Bacias de Campos e de San-

tos e a empresa informou que de janeiro para cá existem 78 aeronaves voando nessas regiões. O problema maior do que caos aéreo está ligado a redução das aeronaves em circulação, sendo 25% em dezembro e 30% em janeiro, e não tem a ver com os aeroportos.

Em relação ao tempo limite de espera de 4 horas para embarque e desembarque, os sindicatos reclamaram que atualmente a logística não traz soluções e nem orientações aos trabalhadores. Deixam a categoria por conta própria sem saber o que fazer. Os sindicatos reivindicaram também que a empresa conceda alimentação aos trabalhadores que estão para embarcar.

O Sindipetro-RJ solicitou uma van circular para os trabalhadores que embarcam no

A REUNIÃO FOI DIVIDIDA EM DOIS MOMENTOS UM PRIMEIRO PARA TRATAR DA LOGÍSTICA E UM SEGUNDO PARA TRATAR DOS RECURSOS HUMANOS

Rio de Janeiro, do aeroporto para o EDIB e o SindipetroLP questionou a demora na emissão de passagens aéreas. A empresa ficou de levar essa reivindicação ao Compartilhado. Foi proposto ao compartilhado ter dentro do Centro Integrado um posto de atuação.

A empresa se comprometeu a seguir o limite de 4 horas de espera por conta da segurança dos trabalhadores, principalmente aqueles que não desembarcam e tem que entrar novamente no turno sem descansar.

No ponto sobre RH, o Sin-

dipetro-NF cobrou que os trabalhadores não sejam penalizados pelas transferências de voo, visto que as passagens aéreas estão muito caras e quando o voo é alterado o trabalhador tem que pagar a mudança do próprio bolso. Para quem mora em outros estados a empresa deve se comprometer a comprar as passagens aéreas para casa caso tenha alteração da data de embarque ou desembarque. E caso não haja passagem para o mesmo dia, a empresa deve conceder hospedagem.

Os sindicatos também solicitaram que as horas extras sejam pagas no mês em que foram realizadas, visto que existe um problema urgente de não haver aeronave para colocar em circulação, o que solucionaria esse caos.